



Sexta-feira, 5 de Agosto de 1994

I Série — N.º 31

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — NKz 8 000.00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — U.E.E., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg. «Imprensa».	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª séries é de NKz 45 000 00, e para a 3.ª série NKz 58 850 00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série, de depósito prévio e efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — U.E.E.	
		Ano		
	As três séries	NKz 8 100 000 00		
	A 1.ª série	NKz 4 000 000 00		
A 2.ª série	NKz 2 000 000 00			
A 3.ª série	NKz 3 000 000 00			

SUMÁRIO

Conselho de Ministros

Decreto n.º 30/94:

Institui o regime de Apoio à Criação da Pequena Empresa Familiar (ACPEF)

Decreto n.º 31/94:

Estabelece os princípios que visam a promoção da Segurança Higiene e Saúde no Trabalho — Revoga todas as disposições legais e regulamentares que contrariem o disposto neste decreto

Ministério da Justiça e Secretaria de Estado da Habitação

Despacho conjunto n.º 103/94

Confisca o prédio em nome de Eduardo Prazeres Andrade Silva Costa e João Gonçalves Fernandes da Costa

Despacho conjunto n.º 104/94:

Confisca o prédio em nome da Sociedade Cooperativa "Lar do Namibe" da fracção autónoma designada pela letra B

Despacho conjunto n.º 105/94:

Confisca o prédio em nome da Sociedade Cooperativa "Lar do Namibe" da fracção autónoma designada pela letra C

Despacho conjunto n.º 106/94:

Confisca o prédio em nome de Maria da Conceição Moreira e Wilson Moreira Martins

Despacho conjunto n.º 107/94

Transmissão a favor da "SICCAL" da propriedade das fracções dos prédios "Treme-Treme" e "Coqueiros"

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 30/94

de 5 de Agosto

Considerando que através da Lei n.º 18-B/92, de 24 de Julho, Lei do Emprego, foram criadas as condições legais que permitem ao Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social a concessão de apoio com vista à solução dos problemas de emprego existentes no País

Reconhecendo-se as dificuldades que afectam os desmobilizados, os jovens e os adultos desempregados, necessário se torna a tomada de medidas concretas, por forma a contribuir, progressiva e paulatinamente, para uma melhor reinserção daqueles grupos sociais no mercado de emprego, em particular, e na sociedade em geral

O presente diploma visa instituir o regime de Apoio à Criação da Pequena Empresa Familiar-ACPEF, o qual se materializa pela concessão de apoio à pessoas que estejam nas situações acima descritas

Nos termos da alínea h) do artigo 110.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

(Caracterização)

O Apoio à Criação da Pequena Empresa Familiar, adiante designado por ACPEF, é fomentado pela Direcção Nacional de Emprego e Formação Profissional do Ministério

da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, doravante designado por DNEFP/MAPESS, através das suas Divisões Regionais, dos sectores de Emprego e Formação Profissional das Delegações Provinciais do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e dos Centros de Emprego, e visa o apoio à Criação da Pequena Empresa Familiar por adultos e jovens desempregados à procura de emprego, através da concessão de apoios técnicos e financeiros aos projectos que apresentem viabilidade económica e social nos termos previstos no artigo 5.º do presente diploma

ARTIGO 2.º
(Objectivos)

O Apoio à Criação da Pequena Empresa Familiar, tem os seguintes objectivos

- a) incentivar e apoiar as iniciativas individuais ou de grupo no sentido da criação da Pequena Empresa Familiar, em actividades para as quais os candidatos, referidos no artigo 3.º, possuam a necessária qualificação ou experiência profissional e sejam viáveis económica e socialmente nos termos previstos no artigo 5.º do presente diploma,
- b) estimular o desenvolvimento de projectos, tendo em conta o incremento das motivações e capacidades empreendedoras

ARTIGO 3.º
(Candidatos)

1 O Apoio à Criação da Pequena Empresa Familiar, destina-se à adultos desempregados e à jovens com mais de 18 anos à procura de emprego

2 Os candidatos ao Apoio à Criação da Pequena Empresa Familiar, têm que estar inscritos ou fazer a sua inscrição prévia nos Centros de Emprego

3 A candidatura será efectuada em impresso próprio que será aprovado por despacho do Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, a que se refere o artigo 13.º, e fornecido pelos Centros de Emprego

4 A selecção dos candidatos será efectuada pelos serviços provinciais ou locais da Direcção Nacional de Emprego e Formação Profissional, do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, mediante a verificação do preenchimento das condições da candidatura previstas no artigo 4.º, e das demais previstas neste diploma

ARTIGO 4.º
(Condições de candidatura)

Poderão candidatar-se ao Apoio à Criação da Pequena Empresa Familiar, as pessoas, a que se refere o artigo 3.º, que satisfaçam, designadamente, as seguintes condições

a) sejam profissionalmente qualificados para o exercício das actividades que se propõem desenvolver e possuam nomeadamente

— Carteira Profissional ou certificado que garanta o exercício de profissões para as quais seja exigida a sua posse nos termos legais

— Cursos, com aproveitamento, de formação profissional efectuados nos centros estatais

— Cursos escolares cuja habilitação permita o exercício da profissão ou actividade proposta

— Outras acções de formação profissional promovidas ou reconhecidas pelos serviços centrais, regionais, provinciais ou locais da Direcção Nacional de Emprego e Formação Pública do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, ou experiência profissional devidamente comprovada

b) façam prova da sua aptidão, mediante apresentação de documento justificativo a emitiu pela autoridade competente ou outras de competência e idoneidade reconhecidas pelos serviços da Direcção Nacional de Emprego e Formação Pública do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, quando não estejam em nenhuma das situações previstas na alínea anterior,

c) apresentem um projecto da iniciativa que queiram implementar, que demonstre viabilidade económica e social nos termos previstos no artigo 5.º

ARTIGO 5.º
(Viabilidade económica-social)

Para efeitos deste diploma, entende-se por viabilidade económica-social a capacidade do projecto de Criação da Pequena Empresa Familiar

a) gerar resultados positivos sem necessidade de recorrer à outros apoios estatais para além dos que se justifiquem na fase de arranque,

b) assegurar as remunerações e o pagamento dos descontos para a Segurança Social

CAPÍTULO II
Dos Apoios e Financiamento

ARTIGO 6.º
(Apoios)

1 Por despacho do Governador Provincial, poderão ser concedidos aos projectos de criação da Pequena Empresa Familiar apoios específicos de natureza técnica e financeira

2 O apoio técnico pode consistir, entre outras, na ajuda à elaboração do Projecto e resolução de dificuldades que possam surgir no desenvolvimento da empresa ou negócio durante um ano após o início da actividade e de acordo com as necessidades do projecto, a prestar pelos serviços centrais, regionais, provinciais ou locais da Direcção Nacional de Emprego e Formação Pública do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social

3 O apoio financeiro consiste na concessão de subsídios não reembolsáveis e de empréstimos bancários com juros bonificados

ARTIGO 7.º

(*Naturaleza e montantes dos apoios financeiros*)

1 O montante do apoio financeiro destinado à execução do projecto de investimento do Apoio à Criação de Pequena Empresa Familiar, será determinado em função das necessidades da iniciativa e em relação ao financiamento do projecto, devendo respeitar-se às seguintes condições:

- a) em cada projecto, só poderá ser apoiada a criação até 5 postos de trabalho,
- b) não poderá ultra-passar-se por emprego a criar, o quantitativo igual à 72 vezes ao salário mensal do grupo IX para operários especializados da Função Pública
- c) a parte do incentivo que reveste a forma do subsídio não reembolsável será equivalente à 12 vezes o salário referido na alínea anterior e para a situação nela prevista,
- d) a restante parte do incentivo reveste a forma de empréstimo reembolsável, não podendo a sua acumulação com o montante aludido na alínea anterior, ultra-passar nem o limite estabelecido na alínea b) nem 80% do investimento total do projecto

ARTIGO 8.º

(*Do reembolso*)

Os prazos de reembolso do capital e juros é de 5 anos, incluindo um período de 2 anos de graça

ARTIGO 9.º

(*Financiamento*)

As despesas decorrentes da execução das medidas previstas neste diploma serão suportadas por dotações da conta à ordem Fundo de Desemprego, prevista no artigo 20.º do Decreto n.º 27/91, de 5 de Julho, ou do Orçamento Geral do Estado ou de quaisquer outras que lhe vierem a ser adstritas, nomeadamente o Fundo de Apoio ao Empresariado Nacional

ARTIGO 10.º

(*Competência para efectivação de despesas*)

O Governador Provincial definirá, por despacho, os termos de autorização da realização das despesas decorrentes da concessão dos apoios previstos neste diploma

CAPÍTULO III

Organização e Funcionamento

ARTIGO 11.º

(*Tramitação dos processos*)

1 Os projectos são apresentados pelos candidatos nos Centros de Emprego

2 Os Centros de Emprego deverão desenvolver, entre outras, as seguintes acções:

- a) verificar se os candidatos e os projectos de candidaturas preenchem as condições previstas neste diploma,
- b) seleccionar os projectos em função da sua viabilidade económica-social,
- c) enviar às Divisões Regionais ou às Delegações Provinciais do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, a relação de candidaturas, mencionando, entre outros dados, o número de candidatos seleccionados, a caracterização dos respectivos projectos de Apoio à Criação de Pequena Empresa Familiar, devendo, ainda delas constar, a idade, sexo, tipo de actividade a desenvolver, montante dos apoios solicitados, dados de identificação e outros que venham a ser considerados como necessários,
- d) dar conhecimento dos pedidos de apoio às Direcções Provinciais de tutela, em que situem as respectivas entidades promotoras e em que se preveja o funcionamento do Apoio à Criação de Pequena Empresa Familiar, respectivo, aguardando durante 15 dias os pareceres que aquelas entidades em transmitir-lhes
- e) desempenhar as demais tarefas que lhe forem atribuídas

3 A aprovação dos projectos de Apoio à Criação de Pequena Empresa Familiar, e a concessão dos apoios financeiros previstos neste diploma serão definidos nos termos do despacho do Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social a que se refere o artigo 14.º do presente diploma

CAPÍTULO IV
Disposições Finais

ARTIGO 12.º

(Actualização dos valores referidos no artigo 6.º)

Os valores referidos no artigo 6.º serão actualizados, sempre que a situação económica e financeira do País o aconselhar, por despacho do Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social

ARTIGO 13.º

(Incumprimento e cobrança coerciva)

1 O incumprimento das condições de acesso e de concessão previstas neste diploma, bem como a produção de falsas declarações ou a utilização de qualquer outro meio fraudulento com o fim de obter ou manter os referidos apoios, implicarão a devolução global dos mesmos, sem prejuízo da instauração do competente procedimento criminal que ao caso couber

2 Quando se verifique qualquer das situações previstas no número anterior, caso o beneficiário não efectue voluntariamente a devolução do apoio, esta será obtida por cobrança coerciva no diploma próprio que o regule

ARTIGO 14.º

(Despacho do Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social)

O Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social aprovará, por despacho, o impresso de candidatura e definirá as eventuais orientações necessárias à boa execução deste diploma

ARTIGO 15.º

(Obrigações dos candidatos)

Os candidatos ao Apoio à Criação de Pequena Empresa Familiar, obrigam-se

- a) ao exercício da actividade prevista no projecto por um período mínimo de 3 anos e a inscreverem-se na Segurança Social se ainda o não tiverem feito,
- b) a prestação periódica dos necessários esclarecimentos solicitados pelos serviços centrais, regionais, provinciais ou locais da Direcção Nacional de Emprego e Formação Pública do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, a fim de ser permitido um correcto acompanhamento da execução do projecto,
- c) a comunicar aos serviços centrais, regionais, provinciais ou locais da Direcção Nacional de Emprego e

Formação Pública do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social quaisquer, factos que modifiquem ou extingam o projecto aprovado, que ocorram durante o período previsto na alínea a) deste artigo

ARTIGO 16.º

(Delegação de competências)

A competência que por este diploma é conferida ao Governador Provincial, pode ser delegada ou subdelegada

ARTIGO 17.º

(Resolução de reclamações)

Dos actos das entidades delegadas ou subdelegadas com as quais se não conforme algum promotor, caberá reclamação para o Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social

ARTIGO 18.º

(Resolução de dúvidas e omissões)

A resolução de dúvidas e omissões suscitadas na interpretação deste diploma serão resolvidas por despacho do Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social

ARTIGO 19.º

(Entrada em vigor)

Este decreto entra em vigor na data da sua publicação

Visto e aprovado pelo Conselho de Ministros

Publique-se

Luanda, aos 5 de Agosto de 1994

O Primeiro Ministro, *Marcolino José Carlos Moco*

O Presidente da República, *OSÉ EDUARDO DOS SANTOS*

Decreto n.º 31/94

de 5 de Agosto

Em qualquer sociedade a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho constituem uma das bases para o total desenvolvimento da capacidade dos trabalhadores ao garantir-se condições de segurança e de saúde no cumprimento das suas tarefas

A análise da situação nacional neste domínio evidencia a necessidade da definição de uma política sobre segurança, higiene e saúde dos trabalhadores e meio ambiente de trabalho, que se fundamente em princípios internacionalmente

acteres, designadamente os da Convenção n.º 155 e sua recomendação n.º 164 (sobre a segurança e saúde dos trabalhadores, respectivamente) adoptadas pela Organização Internacional do Trabalho

O objectivo dessa política é o de prevenir os acidentes de trabalho, as doenças profissionais e qualquer outro atentado à integridade física e à saúde dos trabalhadores, sendo tarefa fundamental do Estado, orientar as empresas para reduzir os riscos inerentes ao meio ambiente de trabalho

A materialização da referida política é feita através de um Sistema de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, que abarque todas as esferas de acção nesta área

Nestes termos, ao abrigo das disposições combinadas da alínea f) do artigo 112.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte

SISTEMA DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

CAPÍTULO I

Das disposições gerais

SECÇÃO I

(Objecto e âmbito de aplicação)

ARTIGO 1.º

(Objecto)

O presente decreto estabelece os princípios que visam a promoção da segurança, higiene e saúde no trabalho, nos termos do preceituado no n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 23/92—Lei Constitucional

ARTIGO 2.º

(Âmbito de aplicação)

Este decreto aplica-se às empresas estatais, mistas, privadas e cooperativas

SECÇÃO II

(Dos conceitos e objectivos do sistema)

ARTIGO 3.º

(Conceitos)

1 Para efeitos do presente diploma entende-se por

- a) sistema de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho um conjunto de normas e regulamentos que visam a melhoria das condições e do meio ambiente de trabalho, tendentes a salvaguardar a saúde e integridade física do trabalhador, assim como a aplicação consciente dos princípios, métodos e técnicas da organização do trabalho, conducentes à redução dos riscos profissionais,
- b) segurança no trabalho é um conjunto de actividades que permitem estudar, investigar, projectar, controlar e aplicar os métodos e meios técnicos-organizativos que garantam condições seguras, higiénicas e confortáveis no trabalho, como também, das disposições jurídico-normativas de protecção no trabalho,
- c) higiene no trabalho é um conjunto de métodos e técnicas não médicas tendentes a preservar a vida e a saúde dos trabalhadores contra a agressividade dos agentes ambientais nos locais de trabalho onde exercem as suas funções,
- d) saúde no trabalho não é só a ausência de doença ou mal-estar, abarca também os elementos físicos e mentais que afectam a saúde, estando directamente relacionados com a segurança, a higiene e a saúde no trabalho,
- e) prevenção é o conjunto das disposições ou medidas tomadas ou previstas em todas as fases da actividade da empresa, tendo em vista evitar ou diminuir os riscos profissionais,
- f) risco é a combinação da probabilidade e da gravidade de aquisição de uma lesão ou de um dano para a saúde de acordo com a causa e o efeito, o momento e a circunstância da sua ocorrência,
- g) acidente de trabalho é o acontecimento súbito que ocorre pelo exercício da actividade laboral ao serviço da empresa e que provoque no trabalhador lesão ou danos corporais de que resulte incapacidade parcial ou total temporária ou permanente para o trabalho ou a morte,
- h) doença profissional é a alteração da saúde patologicamente definida, gerada por razões da actividade laboral nos trabalhadores que de forma habitual se expõem a factores que produzem doenças e que estão presentes no meio ambiente de trabalho ou em determinadas profissões ou ocupações,
- i) incêndio é a reacção de combustão não controlada que se desenvolve num lugar e que para a sua interrupção necessita de uma intervenção com substância e meios próprios, podendo provocar, como consequência, perda de bens materiais ou de vidas humanas
- 2 Os conceitos previstos nas alíneas g) e h) deste artigo, não prejudicam o respeito pelas definições sobre a matéria, previstas nos diplomas legais

ARTIGO 4.º

(Objectivos do sistema)

1 O sistema de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, tem como finalidade a efectivação do devido, à segu-

rança e à protecção da saúde no local de trabalho, de modo a organizar e desenvolver a actividade de acordo com os métodos e normas estabelecidas na legislação vigente para que as entidades empregadoras e os trabalhadores, assim como os órgãos competentes do Estado intervenientes nesta matéria, cumpram com as atribuições estabelecidas neste decreto

2 A aplicação das medidas estabelecidas, permitirá garantir as condições mínimas de segurança com vista a prevenir os riscos de acidentes e doenças profissionais

CAPÍTULO II

Obrigações do Estado

SECÇÃO I

(Dos organismos intervenientes)

ARTIGO 5.º

(Organismo reitor)

O Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social é o organismo reitor da política de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

ARTIGO 6.º

(Competências)

Cabe ao Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social o seguinte

- a) definir, elaborar e orientar a política sobre a segurança, higiene e saúde no trabalho e propor às instâncias superiores a sua aprovação,
- b) controlar a aplicação da política definida e fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares no âmbito da segurança, higiene e saúde no trabalho,
- c) assessorar e aconselhar as empresas, assim como os trabalhadores na aplicação da política de segurança, higiene e saúde no trabalho,
- d) promover a divulgação e a sensibilização dos trabalhadores no sentido de adquirirem hábitos seguros e higiénicos de trabalho,
- e) desenvolver a investigação e a normalização sobre segurança, higiene e saúde no trabalho,
- f) ordenar a paralização de equipamentos, máquinas e processos produtivos nos locais de trabalho, quando anteveja a eminência de acidentes de trabalho, perigos de incêndios ou incumprimentos de normas de segurança, higiene e saúde no trabalho que impliquem riscos para os trabalhadores.

g) proteger especialmente a actividade laboral da mulher dos menores e dos trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida,

h) elaborar o sistema de recolha, tratamento e divulgação da informação estatística relativa as questões de segurança, higiene e saúde no trabalho

ARTIGO 7.º

(Organismos intervenientes principais)

Em função da especialidade das suas funções caberá aos Ministérios da Saúde, do Interior e da Educação

- a) definir medidas relacionadas com a medicina e saúde do trabalhador incluindo as que visam o despiste precoce das doenças profissionais e a reabilitação dos trabalhadores,
- b) determinar órgãos competentes para aplicação destas medidas
- c) propor e aplicar a política de prevenção rodoviária, de incêndios e explosivos,
- d) estudar, aplicar e fiscalizar as medidas tendentes a garantir condições seguras de trabalho nos diferentes sectores de actividade, no domínio da prevenção de incêndios e explosões,
- e) autorizar e orientar o uso correcto, manipulação e armazenamento de explosivos,
- f) dotar os educadores e alunos de conhecimentos de segurança, higiene e saúde no trabalho, assegurando-lhes condições para a transmissão desses conhecimentos nos locais de ensino, especialmente quando este se revista de carácter técnico,
- g) dinamizar, controlar e apoiar técnica e metodologicamente a formação profissional em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e velar pela sua inclusão no currículo do ensino técnico

ARTIGO 8.º

(Organismos intervenientes secundários)

1 São assim considerados todos os demais Organismos da Administração Central e Local como intervenientes secundários no Sistema de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

2 Sem prejuízo das competências específicas, caberá aos mesmos o seguinte

- a) orientar as estruturas sob tutela para que através dos respectivos planos económicos garantam as condições materiais e financeiras,
- b) analisar e controlar as investigações sobre as causas dos acidentes de trabalho e de doenças profissionais que verifiquem nas suas estruturas e colaborar nas investigações sobre as causas dos acidentes mortais, realizadas pelas Comissões de Prevenção de Acidentes de Trabalho com a participação da Organização Sindical,
- c) orientar, participar e controlar a elaboração dos programas de prevenção e dos regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho das estruturas sob tutela, com base nas normas e metodologias específicas da actividade,
- d) promover a formação dos técnicos, responsáveis e outros trabalhadores em curso de segurança, higiene e saúde no trabalho, bem como a superação e capacitação profissional e técnica sobre a matéria, organizados pelo organismo reitor ou outros e sempre que possível incluir o seu conteúdo, nos currículos de formação profissional do respectivo sector,
- e) promover o desenvolvimento e apoiar as iniciativas das empresas no fabrico de equipamentos de protecção colectiva e individual, acessórios e dispositivos de segurança das máquinas,
- f) participar na divulgação da temática de segurança, higiene e saúde no trabalho, de acordo com a actividade do ramo,
- g) considerar nos acordos colectivos de trabalho, a execução das medidas de segurança, higiene e saúde no trabalho que garantam o preceituado neste decreto e controlar o seu desenvolvimento,

CAPÍTULO III

Obrigações dos Parceiros

SECÇÃO I

Das entidades empregadoras

ARTIGO 9.º

(Competências)

As entidades empregadoras são obrigadas a tomar as medidas úteis e necessárias para que o trabalho seja realizado em ambiente e condições que permitam o normal desenvolvimento físico, mental e social dos trabalhadores que os proteja contra acidentes de trabalho e doenças profissionais. Além disso devem

- a) conceber instalações e processos de trabalho onde os factores de risco não estejam presentes, sejam reduzidos ao mínimo ou identificados e limitados os seus efeitos sobre o homem,
- b) integrar na gestão da empresa as actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho como uma componente do processo produtivo, adoptando oportunamente as medidas preventivas que se imponham em função dos riscos existentes ou previsíveis,
- c) cumprir e fazer cumprir todas as normas e disposições legais relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho,
- d) criar a Comissão de Prevenção de Acidente de Trabalho e os serviços de segurança e medicina do trabalho de acordo com o que foi estabelecido sobre a matéria,
- e) elaborar o regulamento específico de segurança, higiene e saúde no trabalho e o programa de prevenção para efeito de sensibilização

ARTIGO 10.º

(Colaboração entre empresas)

1 Quando mais de uma empresa, exerça simultaneamente a sua actividade num mesmo local de trabalho, deverão todos os empregadores colaborar na organização da actividade de segurança, higiene e saúde no trabalho, sem prejuízo da responsabilidade de cada empregador em relação aos respectivos trabalhadores

2 As obrigações serão asseguradas pela empresa utilizadora no caso de

- a) trabalhadores em regime de contrato temporário,
- b) cedência de mão-de-obra,
- c) trabalhadores por conta própria e independentes,
- d) contratos de prestação de serviços

ARTIGO 11.º

(Informação e formação dos trabalhadores)

1 As entidades empregadoras devem garantir que cada trabalhador receba informações e instrução simultaneamente suficiente e adequada em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, por ocasião de

- a) sua contratação;
- b) mudança de posto de trabalho ou de técnica e de processo de trabalho,
- c) utilização de substâncias cuja manipulação envolva riscos,

d) regresso ao trabalho após ausência superior à seis meses

2 A informação e instrução referidas no número anterior devem ser adaptadas à evolução dos conhecimentos técnicos e científicos e ao surgimento de novos riscos no local de trabalho nos casos em que se revele necessário

3 As entidades empregadoras devem organizar e dar formação em segurança, higiene e saúde no trabalho à trabalhadores seleccionados e promover a sua participação em cursos de superação, capacitação profissional e técnica sobre a matéria, organizados pelos organismos competentes

SECÇÃO II Dos acidentes

ARTIGO 12.º (Competências)

No âmbito das acções tendentes à promover constantemente a melhoria das condições laborais, cabe às organizações sindicais

- a) participar na elaboração dos projectos de regulamentos, normas, regras e medidas tendentes à melhoria das condições de segurança, higiene e saúde no trabalho na respectiva área,
- b) colaborar no cumprimento dos regulamentos, normas e regras neste âmbito,
- c) colaborar com a entidade empregadora nas instruções iniciais e periódicas dadas aos trabalhadores, relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho,
- d) colaborar com a entidade empregadora na qualificação e requalificação dos trabalhadores com reduzida capacidade física e controlar a sua colocação em postos adequados,
- e) promover a conservação adequada, correcta distribuição e utilização de equipamento de protecção colectiva e individual, assim como dos dispositivos de segurança das máquinas,
- f) participar na investigação e análise dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, informando aos trabalhadores dos seus resultados,
- g) colaborar nas investigações que se realizem para a melhoria das condições de trabalho,
- h) participar na programação de exames médicos de admissão, periódicos e velar pelo seu cumprimento,
- i) dinamizar e colaborar na organização do intercâmbio de experiências sobre segurança, higiene e saúde no trabalho entre os trabalhadores do mesmo ramo e outros ramos da economia,

j) incluir nos acordos colectivos de trabalho a execução de medidas tendentes ao cumprimento das suas funções em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e controlar o seu cumprimento,

k) integrar, participar e colaborar nas actividades das Comissões de Prevenção de Acidentes de Trabalho

SECÇÃO III Dos trabalhadores

ARTIGO 13.º (Deveres)

1 Cada trabalhador deve cuidar da sua segurança e saúde, bem como das outras pessoas que possam ser afectadas pelas suas acções ou omissões na execução das suas actividades

2 Para realizar os objectivos referidos no número anterior e de acordo com a formação adquirida, o trabalhador deverá

- a) cumprir com as instruções, regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e outros em vigor na empresa, como as regras por postos de trabalho, utilizando métodos seguros de trabalho,
- b) colaborar nas auto-inspecções e investigações dos acidentes de trabalho e doenças profissionais que se realizem na empresa,
- c) utilizar correctamente os equipamentos de protecção colectiva e individual, assim como velar pela sua conservação e manutenção,
- d) eleger os membros da Comissão de Prevenção de Acidentes de Trabalho e participar activamente nas suas actividades,
- e) participar nas acções de formação, seminários e conferências que sejam realizadas na sua empresa ou fora desta, a pedido ou a mando da entidade empregadora,
- f) colaborar nas investigações que se realizem para a melhoria das condições de trabalho,
- g) submeter-se aos exames médicos de admissão e periódicos nas datas marcadas

ARTIGO 14.º (Direitos)

Os trabalhadores, relativamente à segurança, higiene e saúde no trabalho, gozam dos seguintes direitos

- a) laborar num ambiente de trabalho seguro e higiénico,

- b) receber gratuitamente os equipamentos de protecção colectiva ou individual de que necessita o posto de trabalho que ocupa;
- c) receber instruções iniciais e periódicas, assim como informações sobre legislação relevante e outras informações gerais sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
- d) eleger e ser eleito para integrar a Comissão de Prevenção de Acidentes de Trabalho na empresa;
- e) conhecer através da Comissão de Prevenção de Acidentes de Trabalho ou da organização sindical os resultados das inspecções realizadas sobre condições de segurança e sanitárias com vista a exigir o seu cumprimento;
- f) receber o regulamento médico de admissão e periódico com o objectivo de conhecer as suas aptidões e o seu estado de saúde para o desempenho das suas funções;
- g) ser reenquadrado em novo posto de trabalho e receber formação correspondente, caso sofra de alguma redução na sua capacidade de trabalho que o impossibilite do exercício das suas funções habituais

SECÇÃO IV Outras obrigações

ARTIGO 15.^o (Investigação e formação especializada)

1 O Estado deve assegurar as condições que garantam a promoção da investigação científica na área da segurança, higiene e saúde no trabalho

2 A acção do Estado no fomento da investigação deve orientar-se em especial pelos seguintes vectores:

- a) apoio à criação de estruturas de investigação e a formação pós-graduada de especialistas e de investigadores;
- b) promoção de colaboração entre as várias estruturas nacionais interessadas;
- c) divulgação de informação científica que contribua para o avanço do conhecimento e progresso de investigação em matérias de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- d) incentivo à participação nacional em programas internacionais.

3 O fomento da investigação, do desenvolvimento experimental e demonstração deve orientar-se predominantemente para as aplicações técnicas que promovam a melhoria

do nível da prevenção dos riscos profissionais e da protecção da saúde no trabalho

ARTIGO 16.^o (Investigação dos acidentes de trabalho)

1 Com vista a evitarem-se os acidentes de trabalho e as doenças profissionais e adoptarem-se as medidas preventivas apropriadas, as entidades empregadoras devem

- a) proceder à investigação e análise das causas dos acidentes de trabalho e doenças profissionais que se venhiquem nos centros de trabalho;
- b) prestar ao trabalhador smistrado ou doente os primeiros socorros e fornecer-lhes transporte adequado até ao centro médico ou unidade hospitalar, onde possa ser assistido;
- c) participar as doenças profissionais e os acidentes de trabalho ocorridos, às entidades competentes;
- d) os acidentes de trabalho mortais deverao obrigatoriamente ser participados aos organismos jurisdicionais competentes no prazo de 24 horas após a sua ocorrência;
- e) assegurar a vigilância da saúde dos trabalhadores em função dos riscos a que estão expostos, dando particular atenção aos que manipulam substâncias perigosas, aos que realizam trabalhos insalubres, monótonos ou cadenciados e aos que trabalham em altura ou profundidade

CAPÍTULO IV

Condições de Segurança e Organização de Serviços

ARTIGO 17.^o (Condições de segurança)

1. Todos os trabalhadores têm direito à prestação de trabalho em condições de segurança, de higiene e de protecção à saúde

2. As entidades empregadoras devem assegurar que o desenvolvimento económico do País, vise promover a harmonização do trabalho em condições óptimas de segurança, higiene e saúde, devendo este ser íntima e indissoluvelmente integrado na sua gestão económica

3 A prevenção dos riscos profissionais, deve ser desenvolvida segundo princípios, normas e programas que visem nomeadamente:

- a) a definição das condições técnicas a que devem obedecer a concepção, a importação e as transformações

dos componentes materiais do trabalho em função da natureza e grau de risco,

- b) a determinação das substâncias, agentes ou processos que devem ser proibidos, limitados ou sujeitos à autorização e ao controlo da autoridade competente bem como a definição de valores limites de exposição dos trabalhadores e agentes químicos, físicos e biológicos, das normas técnicas, amostragem, medição e avaliação de resultados,
- c) a promoção e vigilância da saúde dos trabalhadores,
- d) o incremento da investigação no domínio da segurança, higiene e saúde no trabalho,
- e) a formação e informação para promover a segurança, higiene e saúde no trabalho

ARTIGO 18.º
(Organização de serviços)

1 A organização da segurança deve assentar numa gestão que permita a distribuição da responsabilidade, bem definida e ordenada, com o objectivo de atuar e conservar o esforço combinado de todos os elementos da empresa em favor da prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais

2 Todas as empresas previstas no artigo 2.º do presente decreto que empreguem um número igual ou superior à 50 trabalhadores, ou aquelas com um elevado índice de risco, deverão criar e organizar o serviço de segurança e higiene no trabalho e dotá-lo de técnicos necessários, com vista a desenvolver as seguintes acções:

- a) proceder sistematicamente à auto-inspecções nos locais de trabalho para assegurar-se da aplicação das disposições regulamentares e normas por postos de trabalho relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho bem como ao embelezamento dos mesmos,
- b) assessorar a Comissão de Prevenção de Acidentes de Trabalho da empresa, assim como apoiar a organização sindical neste domínio,
- c) colaborar com a Comissão de Prevenção de Acidentes de Trabalho na investigação de acidentes de trabalho ocorridos na empresa,
- d) propor à entidade empregadora medidas necessárias para reduzir ou eliminar os efeitos nocivos detectados nos locais de trabalho.
- e) instruir, periodicamente, os trabalhadores sobre as normas de segurança

f) elaborar o relatório mensal e trimestral das actividades de segurança, higiene e saúde no trabalho e informar à entidade empregadora e às entidades competentes sobre a evolução dos riscos ou acidentes ocorridos

3 O serviço a que se refere o número anterior compreende

- a) a segurança e higiene no trabalho,
- b) a medicina no trabalho, ou
- c) os dois serviços juntos

4 A medicina do trabalho será criada naquelas empresas cujas necessidades o exijam e que reúnam condições e instalações adequadas para o seu exercício

CAPÍTULO V

Requisitos dos Locais de Trabalho

ARTIGO 19.º
(Das edificações)

1 As edificações deverão obedecer aos requisitos técnicos que garantam perfeita segurança ao que nelas trabalhem

2 Os locais de trabalho deverão ter no mínimo três (3) metros de pé-direito, assim considerada a altura livre do piso ao tecto

3 Os pisos dos locais de trabalho não deverão apresentar saliências nem depressões que prejudiquem a circulação de pessoas ou a movimentação de materiais

4 As aberturas nos pisos e paredes devem ser protegidas de forma que impeçam a queda de pessoas ou de objectos

5 As paredes, escadas, rampas de acesso, passadeiras, pisos, corredores, coberturas e passagens dos locais de trabalho, deverão obedecer às condições de segurança, higiene e saúde no trabalho, manter-se em perfeito estado de conservação e de limpeza

6 A construção, modificação ou ampliação de edifícios destinados à locais de trabalho, ao fabrico e instalação de equipamentos de trabalho, devem obedecer rigorosamente às disposições e às normas de segurança, higiene, e saúde no trabalho vigente no País,

ARTIGO 20.º
(Sinalização de segurança)

1 A sinalização de segurança deve realizar-se com o objectivo ou situação determinada, fornecer uma informação relativa à segurança, por intermédio de uma cor ou de um sinal de segurança

2 O significado e a utilização das cores de segurança, bem como a forma, o aspecto e o significado dos sinais de segurança serão tratados numa regulamentação específica

ARTIGO 21.º

(Licenciamento e autorização de laboração)

1 Os processos de licenciamento e autorização de laboração são objecto de legislação específica, devendo integrar as especificações adequadas à prevenção de riscos profissionais e a protecção da saúde

2 Toda a pessoa colectiva que fabrique máquinas, aparelhos, ferramentas, instalações e outros equipamentos para utilização profissional, deve proceder às investigações necessárias para que na fase de concepção e durante a fabricação, sejam na medida do possível, eliminados ou reduzidos ao mínimo quaisquer riscos que tais possam apresentar para a saúde ou para a segurança das pessoas e garantir, por certificação adequada, antes do lançamento no mercado, em conformidade com os requisitos de segurança aplicáveis

3. Toda a pessoa singular ou colectiva que importe, venda, alugue, ceda à qualquer título ou coloque em exposição máquinas, aparelhos, ferramentas ou instalações para utilização profissional deve:

a) proceder ou mandar proceder aos ensaios e controlos que se mostrem ou sejam necessários para se assegurar que a construção e o estado de tais equipamentos de trabalho são de forma a não apresentar riscos para a segurança e a saúde dos trabalhadores, desde que a utilização dos mesmos seja feita correctamente e para o fim a que se destinam, salvo quando os referidos equipamentos estejam devidamente certificados;

b) tomar as medidas necessárias para que às máquinas, aparelhos, ferramentas e instalações para utilização profissional sejam anexadas as instruções em português quanto à montagem, utilização, conservação e reparação das mesmas, em que se especificam, em particular, como devem proceder os trabalhadores incumbidos dessas tarefas, de forma a prevenir riscos para a sua segurança e saúde, bem como de outras pessoas

4 Toda a pessoa singular ou colectiva que proceda à montagem, colocação, separação ou adaptação de máquinas, aparelhos, ferramentas ou instalações para utilização profissional, deve assegurar-se, na medida do possível de que, em resultado daquelas operações, tais equipamentos não apresentem perigo para a segurança e saúde das pessoas se a sua utilização for efectuada correctamente

5 As máquinas e aparelhos para utilização profissional só podem ser fornecidos ou colocados em serviço desde que

sejam dotados de dispositivos de arranque e paragem, de sinalização de segurança, de indicação de carga máxima de trabalho permitida e outras informações que se fizerem necessárias à prevenção de acidentes de trabalho

6 As máquinas e equipamentos que no seu processo de trabalho, lancem partícula de material, devem ter protecção adequada para que essas partículas não ofereçam riscos ao seu operador ou à terceiros

7 As partes móveis não enclausuradas de máquinas e equipamentos tais como engrenagens e correias de transmissão devem ter uma adequada protecção quando o accionamento destes possa condicionar risco

ARTIGO 22.º

(Da iluminação)

1 Em todos os locais de trabalho deverá haver iluminação adequada, natural ou artificial, apropriada à natureza da actividade

2 A iluminação deverá ser uniformemente distribuída, geral e difusa, a fim de evitar ofuscamento, reflexos incómodos, sombras e contrastes excessivos

3 Estabelecer-se-á em diploma próprio os níveis mínimos de iluminação a serem observados

ARTIGO 23.º

(Das instalações eléctricas)

1 As instalações eléctricas devem ser projectadas e executadas de modo que seja possível prevenir, por meios seguros, os perigos de choque eléctrico e todos outros tipos de acidentes correlatos

2 Toda a instalação ou peça condutora que não faça parte dos circuitos eléctricos mas que eventualmente possa ficar sob tensão deve ser aterrada desde que esteja em local acessível à contactos

3 Através de regulamentação própria serão estabelecidas as condições de segurança nas operações de produção, transporte, distribuição e consumo de energia eléctrica.

CAPÍTULO VI

Protecção da Saúde

ARTIGO 24.º

(Movimentação manual de cargas)

1. O peso máximo de carga que qualquer trabalhador transporta por si só sem ajuda de meios mecânicos não pode exceder os 50 kg, (cinquenta quilogramas) ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher

ARTIGO 25.º

(Equipamento de protecção individual)

1 A entidade empregadora é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de protecção individual adequados aos riscos e em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa protecção contra os riscos de acidentes e danos à saúde dos trabalhadores.

2 Todo o equipamento de protecção individual deve obedecer à normas de segurança aceitáveis relativas à concepção e ao seu fabrico.

ARTIGO 26.º

(Exames médicos para trabalhadores)

1 É obrigatório o exame médico, por conta do empregador, nas condições estabelecidas no presente diploma e na regulamentação complementar a estabelecer pelo organismo reitor da segurança, higiene e saúde no trabalho, sendo

- a) exame médico de admissão,
- b) exame médico periódico,
- c) exame médico de demissão.

2 A legislação complementar relativa aos exames médicos para trabalhadores, fixará as particularidades relativas ao exame médico de admissão, o intervalo entre os exames periódicos e os casos especiais em que seja requerido o exame médico de demissão.

3 Os exames complementares de diagnóstico devem ser realizados por conta do empregador, a critério do médico e em decorrência da investigação clínica ou radiológica, a fim de investigar a capacidade ou aptidão física e mental do empregado, para a função que deverá exercer ou exerce.

ARTIGO 27.º

(Trabalhos insalubres e perigosos)

1 São considerados trabalhos insalubres e perigosos aqueles que, por sua natureza apresentem condições ou métodos de trabalho que envolvam elevado risco e exponham os trabalhadores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição permissível à esses agentes.

2 A execução de trabalhos insalubres e perigosos deve ser feita com o cumprimento rigoroso das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3 Os postos de trabalho nas empresas devem ser distribuídos de maneira a garantir a segurança dos trabalhadores.

4 A tabela das actividades insalubres e perigosas e seu grau de perigosidade, será definida em diploma próprio.

CAPÍTULO VII

Fiscalização e Estatística

ARTIGO 28.º

(Fiscalização)

1 As obras e o fabrico de máquinas e equipamentos poderão ser fiscalizados durante a sua execução pelos órgãos competentes e pelo organismo reitor de segurança, higiene e saúde no trabalho, no âmbito da respectiva competência.

2 Como resultado das acções de fiscalização, poderão os órgãos de Inspeção Geral do Trabalho ordenar a paralização das obras e do fabrico desde que se detecte perigo eminente e comprove violação às disposições legais vigentes que atentem contra a saúde e integridade física dos trabalhadores.

3. Compete aos órgãos da Inspeção Geral do Trabalho sancionar os responsáveis pelo incumprimento das normas legais e pela ausência de medidas tendentes a eliminar as condições perigosas de trabalho.

ARTIGO 29.º

(Recolha, tratamento e divulgação de dados estatísticos)

1 O Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social assegurará a recolha dos dados estatísticos referentes à acidentes de trabalho e doenças profissionais.

2 O tratamento dos respectivos dados será assegurado pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, com o apoio do Instituto Nacional de Estatística.

3 A metodologia da referida estatística, bem como os respectivos modelos, constarão de diploma regulamentar próprio.

CAPÍTULO VIII

Responsabilidade Disciplinar e Penal

ARTIGO 30.º

(Dos trabalhadores)

O não cumprimento pelos trabalhadores dos deveres previstos no ponto 2, alíneas a) e c) do artigo 13.º, sempre que tenham recebido da entidade empregadora as instruções relativas aos regulamentos ou normas de segurança, aos equipamentos de protecção colectiva e individual e outros meios para a segurança, constitui violação da disciplina laboral punível nos termos da lei, sem prejuízo de responsabilidade penal que lhe seja imputável.

ARTIGO 31.º

(Das entidades empregadoras)

Sem prejuízo de outras medidas de responsabilidade penal imputáveis, as entidades empregadoras que não cumpri-

ram com os deveres previstos no presente decreto, serão punidas com multa até 10 vezes o salário médio praticado na empresa em causa, por cada infracção registada

CAPÍTULO IX

Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 32.º (Conselho nacional de prevenção)

1. Para o desenvolvimento da política de prevenção, deverá ser criado o Conselho Nacional de Prevenção, órgão tripartido com o objectivo de promover a cooperação entre o Estado, as organizações de entidades empregadoras e sindicais, tendo em vista os objectivos gerais consignados no artigo 4.º deste decreto

2. O regulamento do Conselho Nacional de Prevenção será aprovado pelo Conselho de Ministros após consulta aos parceiros sociais

ARTIGO 33.º (Comissão de prevenção de acidentes de trabalho)

1. As empresas que empreguem um número igual ou superior à 50 trabalhadores ou que empregando menos, tenham postos de trabalho que apresentam riscos especiais de acidentes de trabalho ou doenças profissionais, deverão criar uma Comissão de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CPAT)

2. A Comissão de Prevenção de Acidentes de Trabalho será eleita em assembleia de trabalhadores e funcionará com base no regulamento próprio a estabelecer

ARTIGO 34.º (Regulamento e resolução de dúvidas)

1. Cabe ao Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, no âmbito das respectivas obrigações e ouvidos os parceiros sociais, a aprovação dos regulamentos e normas necessárias à aplicação do presente decreto.

2. A entidade referida no número anterior, resolverá por meio de decreto executivo, todas as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente decreto

ARTIGO 35.º (Aplicação do sistema)

As entidades empregadoras deverão no prazo de três (3) anos à contar da data da aprovação do presente decreto, criar as condições para a implementação do sistema de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

ARTIGO 36.º (Adequação orgânica)

Os organismos de Administração Central e Local do Estado e demais instituições e empresas, deverão adequar os respectivos diplomas orgânicos, às obrigações que lhes são exigidas de forma a dar cumprimento ao presente decreto.

ARTIGO 37.º (Legislação revogada)

Ficam revogadas todas as disposições legais e regulamentares que contrariem o disposto neste decreto

ARTIGO 38.º (Entrada em vigor)

Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação no *Diário da República*

Visto e aprovado pelo Conselho de Ministros

Publique-se

Luanda, aos 5 de Agosto de 1994

O Primeiro Ministro, *Marcolino José Carlos Miro*

O Presidente da República, *JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO

Despacho conjunto n.º 103/94 de 5 de Agosto

Tendo-se verificado a ausência injustificada do proprietário por um período de tempo superior a 45 dias durante a vigência da Lei n.º 43/76,

Atendendo a que com a subsunção do referido facto na previsão da aludida lei foram automaticamente desencadeadas as consequências jurídicas pertinentes,

Nestes termos, o Ministro da Justiça e o Secretário de Estado da Habitação, ao abrigo do n.º 3, do artigo 114.º, da Lei Constitucional, determinam

1.º — É confiscado nos termos do n.º 1, do artigo 1.º, da Lei n.º 43/76, de 19 de Junho, o prédio urbano, para uma moradia, situado em Luanda, na Rua Custódio Bento de Azevedo n.º 49, inscrito na Matriz Predial da Reparação Fiscal do 2.º Bairro sob o n.º 809, e descrito na Conservató-

ria do Registo Predial sob o n.º 10684, a folhas 148, do livro B-34, pertencente a Eduarda Prazeres Andrade Silva Costa e a seu marido João Gonçalves Fernandes da Costa

2.º — Proceda a Conservatória competente a inscrição a favor do Estado do prédio ora confiscado, livre de quaisquer onus ou encargos

3.º — O utente do referido prédio deverá comparecer na Direcção Provincial da Habitação de Luanda, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da publicação do presente despacho conjunto, a fim de regularizar a sua situação de arrendatário

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Agosto de 1994

O Ministro da Justiça, *Paulo Tchupilua*

O Secretário de Estado da Habitação, *Miguel Correia*

Despacho conjunto n.º 104/94
de 5 de Agosto

Tendo-se verificado a ausência injustificada do proprietário por um período de tempo superior a 45 dias durante a vigência da Lei n.º 43/76,

Atendendo a que com a subsunção do referido facto na previsão da aludida lei foram automaticamente desencadeadas as consequências jurídicas pertinentes,

Nestes termos, o Ministro da Justiça e o Secretário de Estado da Habitação, ao abrigo do n.º 3, do artigo 114.º, da Lei Constitucional, determinam

1.º — É confiscado nos termos do n.º 1, do artigo 1.º, da Lei n.º 43/76, de 19 de Junho, a fracção autónoma designada pela letra "B" do 8.º andar, do prédio, sito em Luanda, Rua do Quicombo n.º 5, inscrito na Matriz Predial da Repartição de Finanças do 3.º Bairro Fiscal, sob o n.º 3648 e pertencente a Sociedade Cooperativa "O Lar do Namibe"

2.º — Proceda a Conservatória competente a inscrição a favor do Estado da fracção ora confiscada, livre de quaisquer onus ou encargos

3.º — O utente da referida fracção deverá comparecer na Direcção Provincial da Habitação de Luanda, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da publicação do presente despacho conjunto, a fim de regularizar a sua situação de arrendatário

Publique-se

Luanda, aos 5 de Agosto de 1994

O Ministro da Justiça, *Paulo Tchupilua*

O Secretário de Estado da Habitação, *Miguel Correia*

Despacho conjunto n.º 105/94
de 5 de Agosto

Tendo-se verificado a ausência injustificada do proprietário por um período de tempo superior a 45 dias durante a vigência da Lei n.º 43/76,

Atendendo a que com a subsunção do referido facto na previsão da aludida lei foram automaticamente desencadeadas as consequências jurídicas pertinentes,

Nestes termos, o Ministro da Justiça e o Secretário de Estado da Habitação, ao abrigo do n.º 3, do artigo 114.º, da Lei Constitucional, determinam

1.º — É confiscado nos termos do n.º 1, do artigo 1.º, da Lei n.º 43/76, de 19 de Junho, a fracção autónoma designada pela letra "C" do 4.º andar, do prédio, sito em Luanda, Rua do Quicombo n.º 5, inscrito na Matriz Predial de Reparação da Finanças do 3.º Bairro Fiscal, sob o n.º 3648 e pertencente a Sociedade Cooperativa "O Lar do Namibe"

2.º — Proceda a Conservatória competente a inscrição a favor do Estado da fracção ora confiscada, livre de quaisquer onus ou encargos

3.º — O utente da referida fracção deverá comparecer na Direcção Provincial da Habitação de Luanda, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da publicação do presente despacho conjunto, a fim de regularizar a sua situação de arrendatário

Publique-se

Luanda, aos 5 de Agosto de 1994

O Ministro da Justiça, *Paulo Tchupilua*

O Secretário de Estado da Habitação, *Miguel Correia*

Despacho conjunto n.º 106/94
de 5 de Agosto

Tendo-se verificado a ausência injustificada do proprietário por período superior a 45 dias durante a vigência da Lei n.º 43/76,

Atendendo a que com a subsunção do referido facto na previsão da aludida lei foram automaticamente desencadeadas as consequências jurídicas pertinentes,

Nestes termos, o Ministro da Justiça e o Secretário de Estado da Habitação, ao abrigo do n.º 3, do artigo 114.º, da Lei Constitucional, determinam

1.º — É confiscado nos termos do n.º 1, do artigo 1.º, da Lei n.º 43/76, de 19 de Junho, o prédio urbano, situado nesta cidade de Luanda, Rua António Feijó n.º 6, Freguesia de Fátima, inscrito na Matriz Predial do 2.º Bairro Fiscal sob o n.º 10092 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda sob o n.º 33646, a folhas 155, do livro B-91, a favor de Maria da Conceição Moreira e Wilson Moreira Martins

2.º — Proceda a Conservatória competente a inscrição a favor do Estado do prédio ora confiscado, livre de quaisquer ônus ou encargos

3.º — Os utentes do referido prédio deverão comparecer, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da publicação do presente despacho conjunto, solicitar a legalização da sua situação junto da Direcção Provincial da Habitação de Luanda

Publique-se

Luanda, aos 5 de Agosto de 1994

O Ministro da Justiça, *Paulo Tchipitica*

O Secretário de Estado da Habitação, *Miguel Correia*

Despacho conjunto n.º 107/94
de 5 de Agosto

Em 12 de Agosto de 1991, a SICCAL-Sociedade Industrial e Comercial de Construções Andadas, Lda, apresentou à S. Excia. o Senhor Presidente da República uma proposta visando, dentre outros propósitos a reversão à seu favor da titularidade do direito de propriedade sobre todas as fracções autónomas que integram os edifícios "Treme-Treme", sito no gaveto do Largo ex-Infante D. Henriques n.ºs 22, 23 e 24 e Avenida ex-Restauradores n.ºs 1, 3, 5 e 7, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda sob o n.º 25 884 à folhas 16 verso do livro B-72 e inscrito na Matriz Predial Urbana do 1.º Bairro Fiscal de Luanda sob o n.º 3167 e "COQUEIROS" localizado no gaveto das Ruas ex-Ferreira de Almeida n.º 12 e ex-Ceifeira Pereira, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda sob o n.º 4242 à folhas 44 do

livro B 17 e inscrito na Matriz Predial Urbana do 1.º Bairro Fiscal de Luanda sob o n.º 2677, oferecendo como contrapartida negocial a construção de um Bairro de 250 casas para efeitos de alojamento das famílias que os ocupam

Essa proposta veio a ser aceite em 4 de Outubro de 1991, através do Despacho Presidencial n.º 23/91 e a sua materialização reclamava a realização de alguns actos de que relevam a consolidação da inscrição dessas fracções na esfera jurídica do Estado e a prestação pela SICCAL de uma garantia bancária correspondente ao valor do bairro a erguer

Atendendo a que para a edificação desse bairro necessita a SICCAL de recorrer ao financiamento exterior que, por seu turno, exige a constituição de uma garantia hipotecária sobre os supracitados prédios à favor das entidades financiadoras já devidamente identificadas,

Assim e nos termos da alínea f) do Despacho Presidencial n.º 23/91, de 4 de Outubro, determina-se

1 Reverte à favor da SICCAL a totalidade das fracções autónomas que constituem os edifícios "Treme-Treme" e "COQUEIROS"

2 Cessam, a partir desta data, os efeitos de todos os contratos de locação celebrados, quer sobre unidade habitacionais quer sobre lojas ou outras divisões, entre o Estado e os ocupantes dos edifícios referidos no número anterior

§ único Ficam, entretanto, garantidos os direitos, de todos quantos se tenham constituído nos termos desses contratos, em inquilinos do Estado

3 Este despacho conjunto entra em vigor a partir da data em que pela SICCAL for prestada a garantia à favor do Estado

Publique-se

Luanda, aos 22 de Junho de 1994

O Ministro da Justiça, *Paulo Tchipitica*

O Secretário de Estado da Habitação, *Miguel Correia*